

Teoria é boa. Falta virar prática

Direitos Humanos patinam para decolar do papel e virar realidade cotidiana na vida brasileira

Presente na formação da sociedade brasileira, o desrespeito aos Direitos Humanos persiste em razão da formação do Estado e da natureza das elites do país. O Brasil foi dos últimos países no mundo a libertar os escravos, sem sequer oferecer o mínimo de perspectiva de vida a essa população. Hoje, a distância entre intenção e gesto, retórica e realidade talvez tenha sido perpetuada por uma tradição de comportamento de ações sem planejamento e ordenação. Paga-se muito ainda por erros acumulados ao longo do tempo.

O Brasil tem, por exemplo, uma legislação que cobre bem a questão dos Direitos Humanos no plano da retórica, o que é diferente de torná-los realidade, na visão de Antônio Celso, professor de Direito Internacional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da qual já foi reitor e hoje leciona na cadeira de Direitos Humanos.

– Temos algumas questões críticas: o acesso à justiça, já que muitas pessoas não possuem nem o registro civil; a violência contra a mulher; o trabalho escravo, existente ainda hoje, e infantil, sobretudo no Nordeste do país.

Já o professor titular de Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense José Ribas Vieira diz

que a sociedade brasileira mudou muito e que há 60 anos havia uma ordem legal totalmente fora da realidade. No entanto, ele faz uma ressalva analisando medidas inadequadas como por exemplo a questão da exigência da sociedade por medidas repressivas e a criação da lei dos crimes hediondos, o que não alcançou os objetivos. Tanto que a medida não reduziu os índices de violência.

– A lei do crime hediondo agravou a situação do sistema penitenciário. O crime hediondo começou como qualificação para homicídio,

depois passou a outros crimes. Ou seja, há uma crise da política criminal no Brasil e tudo acaba se tornando crime hediondo, não existe meio-termo. Por isso, tenho sido mais otimista no plano internacional para a efetivação dos Direitos Humanos – aponta Ribas.

Antônio Celso elogia o processo de democratização do Brasil, que ele enxerga consolidado.

– Apesar da tradição de sempre ter sido um país injusto e de desrespeitar os Direitos Humanos, está havendo empenho em relação ao cumprimento de normas in-

ternas e internacionais nessa questão. Mas não se pode esquecer que o país abriga mais de 30 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, num sistema de distribuição absurdamente desonesto. A distância entre teoria e prática pode ser reduzida com distribuição de renda e educação adequada para que a população possa buscar seus direitos – afirma o professor da UFRJ.

Com uma percepção mais cultural sobre o assunto, a historiadora Lúcia Padilha, professora da Universidade Cândido Mendes Ipanema e da UniverCidade, explica que o brasileiro não tem identidade definida, já que o território

unifica a miscigenação e o sincretismo religioso. A professora lembra também como aspecto importante desse tema o maniqueísmo que existe no olhar sobre o país: há a visão de que o Brasil seria um paraíso, no qual a cidadania se opera no plano dos ritos, como no carnaval, quando o morador do morro desfila em carros alegóricos e ganha destaque. De outro lado, a visão satânica, que define o brasileiro como preguiçoso.

– Desde a colonização, quando foram instaurados os engenhos, houve uma extraficação e a massa brasileira passou a entrar sempre pelos fundos. Isso acarretou também um processo de baixa auto-estima. Temos que trocar o famoso círculo vicioso pelo virtuoso – argumenta Lúcia, acrescentando que dados da ONU mostram que o Brasil teria aumentando do ano passado para este ano de 20 milhões de voluntários para 42 milhões, enquanto nos EUA os índices baixaram.






A conquista dos direitos pode reduzir esse abismo entre a teoria e a prática, na visão de Lúcia.

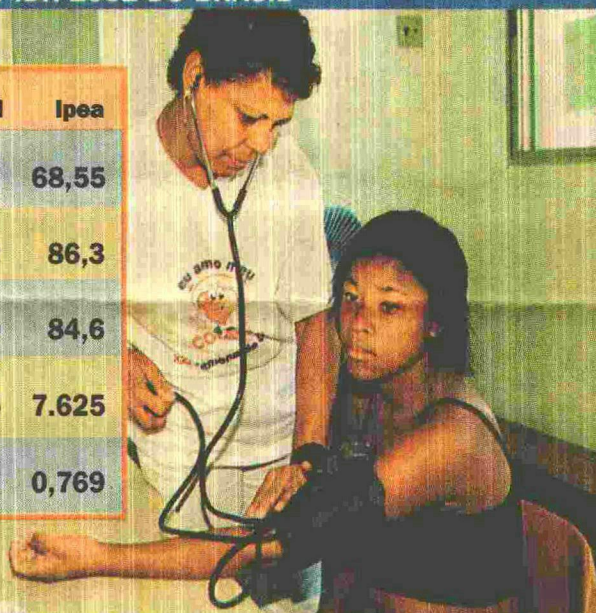
– O problema é que aqui ser cidadão inferioriza, ou é tido como otário ou histórico. Além disso, o universo relacional atrapalha muito em certos casos porque é capaz de colocar uma pessoa acima de qualquer regra – explica.

Progressos da sociedade mudaram a ordem legal nos últimos 60 anos

CÁLCULO DO IDH 2002 DO BRASIL

(ano base 2000)

Componentes	Pnud	Ipea
 Esperança de vida ao nascer	67,7	68,55
 Taxa de alfabetização	85,2	86,3
 Taxa combinada de matrícula	80,0	84,6
 PIB real per capita (US\$ PPC)	7.625	7.625
 Índice de desenvolvimento humano	0,757	0,769



Arquivo JB/Arte JB